

ANA autoriza redução temporária da vazão afluente à barragem Santa Cecília no Paraíba do Sul

A Agência Nacional de Águas (ANA) publicou no Diário Oficial da União, no último dia 2 de junho, a Resolução nº 700 de 27 de maio de 2014, que dispõe sobre a redução temporária da vazão mínima afluente à barragem de Santa Cecília no Rio Paraíba do Sul. Trata-se de reduzir, de forma escalonada, até o dia 30 de junho do corrente ano, o limite mínimo de vazão de 190 m³/s para 173 m³/s.

A Resolução considera a importância de se preservar os estoques de água disponíveis nos reservatórios da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, visto que estes se encontram em situação crítica e desfavorável; considera também o disposto em Nota Técnica do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) 0043/2014, que mostra uma avaliação das condições hidrológicas e de armazenamento da Bacia; e a Carta do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP), que com base na referida Nota Técnica e discussões no âmbito de seus Grupos de Trabalho, solicitou a alteração da vazão.

Baixo Paraíba expõe situação de sua região hidrográfica

A diretoria, representada por Zenilson Coutinho e João Gomes, participou, no dia 4 de junho, da reunião para discussão da Resolução ANA nº 700/2014. Foi exposto pelo Comitê que sua região hidrográfica já está enfrentando problemas de escassez de água, e a com a redução da vazão, proposta na referida resolução, agravaria os efeitos da salinização causados pelo avanço da água do mar em São João da Barra (RJ).

A reunião foi realizada em Resende/RJ, na sede da AGEVAP, onde estiveram reunidos representantes da Agência, do CEIVAP, ANA, INEA, ONS, Light, Furnas, Sabesp, FIESP, Firjan, DAEE, Cedae, SAAE Volta Redonda, Três Rios e Jacareí, Comitês Guandu, Médio Paraíba, Baixo Paraíba, Energisa, COMPÉ, Asflucan, Queluz Energia e Secretarias de Meio Ambiente de municípios da Bacia, com o objetivo de uma discussão técnica.

Na ocasião, o ONS fez uma apresentação mos-

Felipe Cunha/AGEVAP



Membros do Comitê em reunião sobre a redução da vazão do rio Paraíba do Sul

trando que desde janeiro de 2014 a condição hidrológica dos reservatórios é inferior ao pior histórico já registrado, e o Operador vem buscando uma solução para chegar até o mês de novembro. Com a palavra, o representante da ANA recomendou atenção especial a Bacia do Paraíba do Sul, readequação das condições hidrológicas, e a adoção de um sistema de prevenção para se preparar para o pior dos históricos.

O ONS pediu à ANA, na reunião do GTOH, “a implantação de uma nova etapa de redução da vazão mínima em Santa Cecília para 149m³/s a partir de julho de 2014, em função do fim da validade da Resolução.

Nesta reunião, os representantes do CBH-BPSI apresentaram os graves problemas que essas reduções acarretariam para a região, destacando o avanço do mar na foz e o aumento da salinidade na captação de água pela CEDAE em São João da Barra, além do comprometimento da manutenção de todo o sistema hídrico da baixada campista - já que enfrenta um período de seca histórico, onde o rio atingiu a marca de 4,90m de nível em junho de 2014, segundo dados da Defesa Civil Municipal de Campos dos Goytacazes.

Comitê participa de reunião técnica sobre a transposição

Luiz Mário de Azevedo Concebida



Membros do Comitê participando da reunião da com a ANA, em Brasília (DF)

O CBH-BPSI, representado pelo seus Diretores, Sidney Salgado e Luiz Mário Concebida, juntamente com a AGEVAP, o Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP), os Comitês Médio Paraíba do Sul (RJ), Rio Dois Rios (RJ), Piabanha (RJ), Guandu (RJ), Baía da Guanabara (RJ), Paraíba do Sul (SP), Preto e Paraibuna (MG), Pomba e Muriaé (MG) e a Agência Nacional de Águas (ANA), se reuniram na sede da ANA, em Brasília (DF), no dia 2 de abril de 2014, para uma discussão referente à questão da transposição do Rio Paraíba do Sul para abastecer a Macrometrópole Paulista, proposto pelo Governo de São Paulo.

Os Comitês cobraram da Agência Nacional de Águas que os mesmos participem da discussão técnica sobre a transposição. Na ocasião, a ANA se comprometeu a ajudar, agendando para segunda

semana de abril, uma reunião técnica entre os três Estados inseridos na Bacia do Paraíba do Sul, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, com os seus Secretários de Estado e Órgãos Técnicos, a fim de analisar as divergências técnicas e os impactos econômicos e ambientais, avaliando os estudos contratados pelo governo de São Paulo, que embasaram sua proposta de transposição.

A segunda reunião técnica, realizada no dia 9 de abril, cujo objetivo principal foi buscar um consenso e uma solução viável para os três estados inseridos na Bacia do Paraíba do Sul, tendo em vista a hipótese de uma segunda transposição das águas do rio Paraíba. Na ocasião, foi estabelecido que todas as ações relacionadas a questão da transposição, por parte dos Estados envolvidos, deveriam ser interrompidas e só retomadas após análise da ANA.

CBH Baixo Paraíba sobre a proposta de transposição das águas do Rio Paraíba do Sul



Proposta de nova transposição no rio Paraíba do Sul, feita pelo governo do estado de São Paulo

Um dos grandes problemas da Política Nacional de Recursos Hídricos, instituída pela Lei 9.433/97, é a forma fragmentada da gestão desses recursos. Esse modelo é uma adaptação do modelo de gestão unificada de recursos hídricos adotado pela França. A grande diferença que ocorre aqui é que o federalismo brasileiro, através da autonomia dos Estados membros, fragmenta a gestão, que deveria ser unificada. Percebemos claramente, nas discussões a respeito da transposição, as evidências deste quadro. O estado de São Paulo apresenta sua demanda sem levar em consideração um estudo mais aprofundado a respeito dos impactos causados pela transposição. Em muito surpreendeu a todos do Comitê a arbitrariedade nas decisões tomadas acerca de um assunto sobre o qual deveriam ser consideradas as implicações de todos os afetados nesta Bacia. Há registros em estudos da UENF (Universidade Estadual do Norte Fluminense) da salinização causada pelo avanço da água do mar no município de São João da Barra, o que impede a captação destinada ao abastecimento humano naquele local. Isso acontece diariamente, de acordo com as marés. Devem ser adotadas práticas de preservação de nascentes para prevenir futuras situações como a que estamos vivenciando neste ano. Isso deve ser feito em termos de compensação pelas transposições existentes na bacia e pelas que ainda podem acontecer. Além do que aqui foi pontuado, é importante estabelecer uma discussão do modelo de desenvolvimento ideal, que precisa contemplar a gestão dos recursos hídricos. Temos que pensar também no uso e ocupação do

território, que deveria ser desconcentrado em várias regiões no estado de São Paulo. Na questão ambiental e de recursos hídricos não devem existir fronteiras geográficas ou político-administrativas.

Sidney Salgado dos Santos
Diretor Presidente do CBH-BPSI

A proposta de transposição

Plano Diretor de Aproveitamento de Recursos Hídricos para a Macrometrópole Paulista

O Estudo apresenta a proposição de alternativas para a Macrometrópole Paulista no que se refere ao atendimento das demandas futuras por recursos hídricos de abastecimento urbano, usos industriais e de irrigação, considerando o cenário hídrico do Estado de São Paulo no ano de 2035.

Para a consolidação das propostas, foram feitos estudos de cenários (tendencial, intensificado, com gestão e controle) e simulações de arranjos com interligações que viabilizariam o atendimento as demandas hídricas da Macrometrópole. Das simulações feitas, foram configuradas 10 alternativas de soluções, cujo arranjo 5 faz referência a transposição de águas do rio Paraíba do Sul pelo reservatório de Jaguari para o Atibainha.

O Plano expõe uma análise individual e comparativa dos arranjos, com vantagens e desvantagens, considerando os custos e impactos ambientais. O arranjo 5, que compromete as águas do Paraíba do Sul, ocupou a sexta colocação no ranking de viabilidade dos arranjos propostos, ou seja, as análises do Plano Diretor apontam que a proposta de uma nova transposição na Bacia do Paraíba do Sul não é a mais viável.

O Boletim Informativo BAIIXO PARAÍBA DO SUL é uma publicação do Comitê de Bacia da Região Hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana

Avenida Alberto Lamego, 2000 Pq. Califórnia
Campos dos Goytacazes/RJ - CEP 28013-602
Telefone: (22) 2725-9023
Site: www.cbhbaixoparaiba.org.br
E-mail: cbhbaixops@agevap.org.br

Diretor Presidente
Sidney Salgado dos Santos

Diretor Vice-Presidente
Emerson Luís Pereira

Diretor Secretário Executivo
Luiz Mário de Azevedo Concebida

Diretores Administrativos
João Gomes de Siqueira
Zenilson Amaral Coutinho
Luiza Figueiredo Salles



Coordenação Técnica
Associação Pró-Gestão das
Águas da Bacia Hidrográfica
do Rio Paraíba do Sul

CNPJ: 05.422.000/0001-01
Rua Elza da Silva Duarte, 48 (loja 1A) - Manejo
Resende/RJ - CEP 27520-005
Telefone: (24) 3355-8389
Site: www.agevap.org.br
E-mail: agevap@agevap.org.br

Presidente do Conselho de Administração

Friedrich Wilhelm Herms

Presidente do Conselho Fiscal

Sinval Ferreira da Silva

Diretor Executivo

André Luis de Paula Marques

Diretora Institucional Interina

Aline Raquel de Alvarenga

Diretor de Planejamento Estratégico

Flávio Antonio Simões

Diretor Administrativo-Financeiro

Diego Elias Moreira N. Gomes

Diretor de Recursos Hídricos

Hélvécio Zago Galvão César

Coordenadora de Núcleo

Thais Nacif

Assistente

Amaro Neto

Produção Gráfica, Editorial, Diagramação, Arte

Final, Edição e Revisão

Luís Felipe Martins Tavares Cunha

Textos

Raissa Caroline Goldino da Silva

Acompanhamento

Aline Raquel de Alvarenga, Luís Felipe Martins

Tavares Cunha e Júlio César da Silva Ferreira

Colaboração

Equipe UD4 AGEVAP

Fotografias

AGEVAP

Impressão

Editora e Gráfica Irmãos Drumond Ltda.

Tiragem

2.000 exemplares

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

CBH-BPSI acompanha andamento do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia do rio Paraíba do Sul

O Comitê Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana tem acompanhado o andamento do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Paraíba do Sul, através de sua participação nas reuniões da Câmara Técnica Consultiva (CTC) do CEIVAP. O CBH-BPSI faz parte da composição do Grupo de Trabalho de Articulação Institucional (GTAI) do CEIVAP, que juntamente com a CTC, é responsável pela análise e aprovação dos Relatórios referentes ao Plano de Bacia.

O Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Paraíba do Sul, de acordo com a Lei das Águas (Lei nº 9.433), visa fundamentar e orientar a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e o gerenciamento dos recursos hídricos. É fundamental a participação dos Comitês de Bacia Afluentes nesse processo, visto que estes são os maiores conhecedores da realidade de sua região hidrográfica, e podem contribuir de forma eficiente na elaboração do Plano.

O Plano está sendo elaborado pela empresa COHIDRO - Consultoria, Estudos e Projetos Ltda.

Raissa Galvão/ACEVAP



Membros do Comitê participando da reunião da CTC do CEIVAP, em Resende (RJ)

Nova logo CBH Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana



COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA BAIXO PARAIBADOSUL E ITABAPOANA

Nova logomarca do Comitê

O Comitê Baixo Paraíba, em parceria com o curso de Design Gráfico do Instituto Federal Fluminense (IFF) de Campos dos Goytacazes, promoveu um concurso entre os estudantes para a seleção de uma nova logomarca para o Comitê. Durante a 3ª Reunião Extraordinária da Diretoria do CBH-BPSI, realizada em 15 de maio, a logo foi escolhida e aprovada.

De acordo com os criadores da nova logo, ela apresenta um retrato da região do Baixo Paraíba, a paisagem oriunda das planícies, possibilitando ver montanhas ao horizonte, o céu com muitas nuvens, alusivas às árvores da região e o desenho da própria montanha que remete ao movimentos das águas do rio Paraíba do Sul.

Acesse www.cbhbaixoparaiba.org.br

